



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 03 de Setembro de 2019

## Infraestrutura não terá projeto novo em 2020

Por Ribamar Oliveira e Daniel Rittner | De Brasília

O Ministério da Infraestrutura vai eleger 29 obras prioritárias, que estão em fase de conclusão, para executar em 2020 e não iniciará projeto novo, de acordo com fonte credenciada da área econômica ouvida pelo Valor. Essa estratégia será adotada para enfrentar a forte redução de recursos para investimentos na área, que consta da proposta orçamentária para o próximo ano, enviada pelo governo na sexta-feira ao Congresso Nacional. Para rodovias, a proposta prevê apenas R\$ 4,7 bilhões. "Não iremos abrir novas frentes", disse a fonte.

Diante das limitações orçamentárias para 2020, estratégia semelhante será adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que terá apenas R\$ 147 milhões para novas contratações de moradias para a faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), informou outra fonte.

O foco total será garantir a continuidade das obras de 233 mil unidades em construção na faixa voltada à população de renda mais baixa. A ideia para o ano que vem é reduzir os recursos do Orçamento para essas faixas e aumentar a subvenção direta do FGTS.

Além de limitar as futuras contratações do MCMV, a escassez de recursos no Ministério do Desenvolvimento Regional deve impedir novas obras de segurança hídrica e de mobilidade urbana. O foco, segundo fontes da pasta, será concentrar todos os esforços em dar continuidade ao que já começou.

Mesmo assim, um cenário realista traçado por técnicos da pasta indica que para obras de infraestrutura hídrica só há dinheiro garantido até o fim do primeiro semestre de 2020. São os casos de intervenções como o Canal do Sertão Alagoano, o Ramal do Agreste (PE) e as Vertentes Litorâneas (PB) - projetos para a distribuição de água no semi-árido nordestino.

A proposta orçamentária do próximo ano prevê corte de 30,4% nas despesas discricionárias (custeio e investimento) do Ministério da Infraestrutura, em comparação com a proposta orçamentária deste ano. Neste cálculo não foram consideradas as emendas parlamentares ao Orçamento.

O corte é de 23,4% na comparação com o limite estabelecido pelos decretos de contingenciamento das verbas orçamentárias, até o terceiro bimestre deste ano. Por considerar o atual limite de gastos para este ano impraticável, o governo busca maneiras de dar alívio financeiro aos

ministérios.

As fontes informaram que o problema da escassez de recursos poderá ser minimizado com a passagem de ativos da União para a iniciativa privada, na forma de concessões de estradas e aeroportos, por exemplo. A conclusão da pavimentação da BR-163 no trecho que liga Mato Grosso a Pará é considerada prioridade pelo atual governo, por permitir escoar a safra de grãos do Centro-Oeste pelo chamado Arco Norte. Uma fonte garantiu que a pavimentação da BR-163 será praticamente concluída ainda neste ano. Ficaria faltando pequeno trecho até Santarém.

O Ministério da Infraestrutura fará um esforço junto aos parlamentares para que ajudem, com suas emendas, a elevar as dotações para os investimentos considerados estruturantes e prioritários. "A nossa estratégia para ampliar o orçamento é trabalhar em parceria com o Congresso", complementou uma fonte da área.

A rigor, apenas o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) teve sua despesa para custeio e investimento para 2020 superior ao que constava da proposta orçamentária de 2019. E isto ocorreu apenas pela incorporação da Telebras nas contas do ministério. A Telebras deixou de ser estatal independente.





Todos os demais ministérios e órgãos públicos tiveram sua despesa com custeio e investimento orçada para o próximo ano em valores iguais ou inferiores à proposta orçamentária de 2019. O Ministério da Educação disse, em nota, que "busca alternativas para recompor" o orçamento de 2020: "Todas as possibilidades estão sendo estudadas para garantir o pleno funcionamento dos serviços prestados". Também em nota, o Ministério da Saúde informou que o projeto orçamentário para 2020 "foi elaborado considerando o piso constitucional para a saúde na ordem de R\$ 121,2 bilhões". Neste ano, o piso é de R\$ 120,8 bilhões. (Colaboraram Isadora Peron e Luísa Martins)

## **Bolsonaro prepara MP para mudar Bolsa Família**

Por Fabio Murakawa | De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro prepara uma medida provisória para reformular o Bolsa Família, um dos principais programas sociais do governo criado durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

O Valor apurou que a MP está sendo analisada por funcionários da Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), ligada à Secretaria-Geral da Presidência. Segundo fontes, estão sendo feitos "ajustes técnicos" na MP, que deve ser publicada nos próximos dias.

Também de acordo com essas fontes, o programa não deve mudar de nome, mas terá novas características para imprimir uma marca social ao governo Bolsonaro.

Segundo informações do jornal "O Globo", o governo pretende ampliar o número de beneficiados pelos programas sociais de transferência de renda. Para tanto, o Ministério da Economia encomendou um estudo ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O documento, diz o jornal, propõe cortes em benefícios voltados à população com maior renda. Seria o caso dos abonos salariais e das deduções no Imposto de Renda.

Esses cortes serviriam como contrapartida para a ampliação da cobertura do Bolsa Família. Atualmente, o programa beneficia 13,8 milhões de famílias.

O estudo prevê ainda a criação de um benefício universal voltado a crianças e adolescentes.

## **Bolsonaro deve anunciar hoje vetos a projeto sobre abuso de autoridade**

Por Fabio Murakawa e Isadora Peron | De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro deve anunciar hoje os vetos ao projeto de lei de abuso de autoridade. Ontem, ele passou o dia em reuniões para discutir o assunto. Bolsonaro tem até quinta-feira para oficializar a sua decisão no "Diário Oficial da União" (DOU).

O presidente começou o dia recebendo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. O ministro Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral, deixou mais cedo a comitiva que estava na Amazônia para fechar o texto junto com o presidente. Ele foi direto da base aérea de Brasília ao Palácio da Alvorada para encontrar com Bolsonaro. Moro, que foi juiz da Lava-Jato em Curitiba, sugeriu dez vetos, além de um de redação, ao projeto. No fim de semana, Bolsonaro disse que iria acolher nove sugestões - sem especificar quais pontos seriam esses.

No Planalto, porém, interlocutores do presidente dizem que os artigos banidos do projeto podem ultrapassar o número sugerido pelo ministro da Justiça.

Bolsonaro enfrenta uma situação

delicada. Por um lado, caso veto muitos pontos do projeto, pode comprar uma briga com os parlamentares e o Congresso poderá, inclusive, derrubar os trechos vetados em retaliação ao presidente. Por outro, a aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados em 14 de agosto foi vista pela base eleitoral de Bolsonaro como uma retaliação à Operação Lava-Jato e uma tentativa de barrar os avanços no combate à corrupção. Houve pressão nas redes sociais e de corporações, como a Polícia Federal (PF), para que o projeto fosse completamente vetado.

Ao todo, o texto aprovado pela Câmara tem 44 artigos e, de maneira geral, endurece as punições por abuso de autoridade de agentes públicos, incluindo juízes, promotores e policiais.

Um dos itens que Bolsonaro já disse que vetaria é o artigo que proíbe o uso de algemas em caso de não resistência do preso à atuação policial.

Entre os vetos sugeridos por Moro está o ponto que prevê pena 1 a 4 anos de detenção para o agente público que "constranger o preso ou detento" exibindo-o à "curiosidade pública" ou submetendo-o à "situação vexatória ou a

constrangimento não autorizado em lei".

O ex-juiz também sugeriu retirar do texto o artigo que estabelece punição para quem violar as prerrogativas de advogados, como poder falar com seu cliente em particular e ter acesso à íntegra dos processos.

Outro pedido de veto é do artigo que considera abuso de autoridade "estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado". Uma das principais críticas em relação às investigações da Lava-Jato são que os processos tramitam há anos sem que haja um prazo para que a Justiça apresente um desfecho sobre os casos.

Pela manhã, ao ser questionado sobre o assunto, Bolsonaro afirmou que o Ministério Público comete abusos "em muitas oportunidades" e se disse "vítima disso". "Deixo bem claro. O Ministério Público, em muitas oportunidades, abusa. Abusa. Eu sou uma vítima disso. Respondi tantos processos no Supremo por abuso de autoridade. Isso não pode acontecer", disse. "Todo o MP, eu sei que grande parte é responsável, mas individualmente alguns abusam", afirmou a jornalistas ao deixar o Palácio da Alvorada.

**Estudantil 1**

O governo lançará na sexta-feira o uma carteira estudantil digital. A medida foi discutida ontem em reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no Palácio do Planalto. O Planalto não detalhou, mas a medida pode afetar a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), entidades tradicionalmente controladas pelo PCdoB e que foram protagonistas em atos realizados contra o governo em maio, após o anúncio feito pelo ministro da Educação de que haveria cortes das verbas para o ensino superior.

**Estudantil 2**

Porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros afirmou que a alteração deverá constar da medida provisória da Liberdade Estudantil, a ser assinada por Bolsonaro na quinta-feira. Rêgo Barros não soube dizer se as carteirinhas da Une e da Ubes serão anuladas. Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação não quis passar mais informações “para não esvaziar o evento” da sexta-feira.

## Governo só deu verbas ao centrão, reclamam partidos

Podemos e Cidadania dizem que apenas deputados do grupo receberam R\$ 10 milhões em recursos para votar reforma da Previdência

NATÁLIA PORTINARI  
natalia.portinari@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Líderes do Podemos e do Cidadania na Câmara (bancadas de 11 e de 9 deputados, respectivamente) reclamam que o governo ainda não honrou o compromisso de liberar R\$ 10 milhões em verbas extraorçamentárias para os deputados que votaram a favor da reforma da Previdência.

Segundo José Nelto (GO), líder do Podemos, os deputados de seu partido receberam cerca de R\$ 2 milhões cada um. Ele alega que deputados e líderes do centrão (grupo composto por DEM, PSD, PRB, MDB, PP) receberam quantias maiores.

—Liberou R\$ 2 milhões, e temos aqui relatos de que teve deputado

que recebeu R\$ 80 milhões, R\$ 120 milhões —queixou-se.

Questionado sobre quem seriam esses parlamentares, ele disse estar se referindo a líderes do centrão. De acordo com Nelto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), “só ouve o centrão”, e o mesmo está acontecendo com o Executivo.

— É um tratamento diferenciado — afirmou. — Há uma discriminação do governo hoje com os partidos médios e pequenos. O governo hoje só atende o centrão.

Segundo Daniel Coelho (PE), líder do Cidadania, os deputados de sua sigla só tiveram o pagamento das emendas individuais ao Orçamento, e nenhuma verba extraorçamentária foi liberada:

— Com o Cidadania, não houve nenhum tipo de pagamento até agora.

Em junho, o governo enviou a parlamentares uma lista de programas prioritários em ministérios a fim de que indicassem prefeituras para receber obras e outras ações. Programas das pastas da Saúde, Educação, Agricultura, Desenvolvimento Regional e

Cidadania foram contemplados.

Além das verbas extraorçamentárias, siglas do centrão conseguiram na semana passada emplacar indicações para cargos do governo, como a presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Procurado, o Ministério da Economia não respondeu, até a noite de ontem, sobre qual foi a verba destinada aos programas designados pelos deputados.

A negociação com o Congresso, conduzida pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), previa a liberação de R\$ 40 milhões por deputado até o fim do ano.

A promessa foi que o governo liberaria R\$ 10 milhões para cada parlamentar antes da votação da reforma da Previdência em primeiro turno no plenário; depois, seriam mais R\$ 10 milhões e outros R\$ 20 milhões até o fim do ano.

## Capes corta 5,6 mil bolsas neste ano e perde 50% do orçamento para 2020

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou ontem um corte de 5.613 bolsas de pós-graduação no país — 6% do total de 92.680 incentivos mantidos atualmente, no âmbito da pós, pelo órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

A tesourada ocorreu por conta do contingenciamento de recursos no Executivo Federal. A Capes teve R\$ 819 milhões bloqueados de um orçamento de R\$ 4,2 bilhões neste ano. As bolsas cortadas seriam ofertadas de setembro a dezembro deste ano, após a conclusão da formação dos atuais estudantes que as recebem.

— Nessa linha de preservar todos os bolsistas em vigor fizemos o bloqueio de bolsas ainda não

utilizadas, mas que seriam incorporadas —disse Anderson Correia, presidente da Capes, ao anunciar os novos cortes.

São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram os estados mais atingidos, perdendo 1.673, 725 e 684 bolsas, respectivamente. Neste ano, a Capes já havia congelado 6.198 bolsas, para cursos com nota 3, 4 e 5 em sua avaliação, cuja escala vai até 7.

O orçamento da Capes para 2020, previsto na lei enviada pelo governo ao Congresso, só será suficiente para custear 47.249 bolsas de pós no ano que vem — uma redução de 50% das 92,6 mil ativas atualmente. A previsão de gastos é de R\$ 1,3 bilhão para esse fim. Em 2019, foram destinados R\$ 2,5 bilhões. (Renata Mariz)

## Jair, o Fake

Alexandre, o Grande. Ivan, o Terrível. Pepino, o Breve. Dona Maria, a Louca... Cada um entra para a história com o epíteto que merece. A mais recente pesquisa do Datafolha mostra que, por ora, o presidente do Brasil pode se apresentar aos comensais como Jair, o Fake.

O Datafolha é o instituto de pesquisas do Grupo Folha. Criado em 1983, traz no currículo um notável histórico de credibilidade e rigor técnico.

Não na visão, porém, dos que acordaram anteontem para a vida e estudaram, em vídeo, nas melhores academias olavistas espalhadas por este mundão grande e plano.

Também guardam o instituto em baixa conta escova-botas de variados matizes, gente que inclina colunas por essas terras possivelmente desde que os primeiros petistas desembarcaram das caravelas de Cabral com suas mamadeiras de piroca.

Nesta segunda (2), de seus gabinetes e até em redações de rádio e TV, se estapearam para gritar mais alto nas redes sociais contra o Datafolha.

Entre eles o ministro da Educação. Sua pasta figura como uma das mais aparvalhadas do

governo, cortou bolsas de pesquisa e está no mais absoluto deus nos acuda, mas Abraham Weintraub demonstra aborrecimento, mesmo, é com o Datafolha.

Segundo escreveu com seu reconhecido zelo pela língua pátria, acreditar no instituto é como acreditar no boitatá —reconheça-se que há aí, pelo menos, uma dica ao leitor de nome para o seu bovino de estimação: “Muito prazer, sou Tatá, o Boi”.

De fato, o governo completou simbólicos 17% do tempo de mandato com emprego a mil, economia decolando, saúde de excelência, meio ambiente dando lições ao mundo, ganhos sociais a torto e a direito.

De onde o Datafolha tira esses detestáveis números, então? Reprovação recorde, rejeição às ideias e declarações e o troféu lero-lero: só 2 em cada 10 brasileiros dizem confiar no que diz o mandatário do país. Um merecido tributo a quem embalou a carreira na mentira, na baboseira e na mais espalhafatosa falta de conhecimento de que se tem notícia.

Ranier Bragon

Repórter especial em Brasília, está na Folha desde 1998. Foi correspondente em Belo Horizonte e São Luís e editor-adjunto de Poder.

# MEC corta mais e cancela novas bolsas de pesquisa para 2019

Paulo Saldaña

**BRASÍLIA** A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) anunciou nesta segunda (2) o corte de mais 5.613 bolsas de pós-graduação. Com a medida do governo Bolsonaro (PSL), nenhum novo pesquisador vai ser financiado neste ano.

Trata-se do terceiro anúncio de retirada de bolsas em 2019. Nos oito meses deste ano, a gestão Bolsonaro extinguiu 11.811 bolsas financiadas pela Capes, o equivalente a 12% das 92.253 pesquisas de mestrado e doutorado financiadas no início do ano.

Segundo o governo, contudo, não haverá interrupção de pagamento a bolsistas com trabalhos em andamento. Os benefícios cancelados referem-se a bolsas em aberto — são verbas que financiam pesquisadores que concluíram seus estudos e, em vez de contemplarem novas pesquisas, cessarão.

Com a medida, deixarão de ser investidos em pesquisa neste ano R\$ 37,8 milhões. Apesar de indicar que busca o desbloqueio de recursos, a própria Capes já calculou que nos próximos quatro anos só esse corte representará a economia de R\$ 544 milhões (levando em conta o tempo de vida útil dos benefícios).

Neste ano, a Capes teve R\$ 819 milhões contingenciados, ou 19% do valor que fora autorizado em seu orçamento. Para 2020 — o primeiro Orçamento desenhado pela atual gestão — os fundos do órgão cairão à metade, passando de R\$ 4,25 bilhões previstos em 2019 para R\$ 2,20 bilhões em 2020 (leia mais ao lado).

“A gente está trabalhando com a possibilidade de descontingenciamento, e a visão também para o Orçamento de 2020, o que pode melhorar a situação dos bolsistas do país”, disse o presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia, nesta segunda.

Como exemplo, ele citou o financiamento de mestrados e doutorados profissionais pelo

setor industrial — como a Folha revelou, o governo estuda usar recursos do Sistema S para pagar bolsas de pesquisa.

A presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos, Flávia Calé, diz que o cenário é de colapso. “O que eles estão propondo é a morte da pesquisa no Brasil por inanição. Cortar metade do orçamento é inviabilizar o trabalho”, diz.

Calé explica que a maioria dos programas de pesquisa já fez seleção para os bolsistas que assumiriam os benefícios cancelados nesta segunda. “Muitos desses não vão con-

tinuar com seus estudos. O exercício da pesquisa envolve tempo e dedicação, e quem vai financiar isso?”

A Capes também financia bolsas para professores de educação básica, que, até agora, não correm risco de corte.

Em maio, a Folha revelou que a Capes cancelou a oferta de bolsas sem avisar as instituições de ensino e pesquisa. Na ocasião, foram bloqueadas 3.474 bolsas que estavam prestes a serem atribuídas a outros pesquisadores.

O governo fez um novo corte em junho, dessa vez de 2.724 benefícios. Foram atingidos programas de pós-graduação com duas avaliações nota 3 consecutivas, a mínima exigida para o funcionamento, ou que tiveram queda de 4 para 3 no último ciclo de avaliação da Capes. Já o corte anunciado agora atinge todas as bolsas que poderiam ser reativadas até o fim do ano.

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão de fomento à pesquisa ligado ao Ministério da Ciência, já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir deste mês. O déficit é de R\$ 330 milhões no ano.

## Proposta para 2020 reduz em 18% orçamento da pasta

A proposta orçamentária para 2020 do governo Jair Bolsonaro (PSL) reduz em 18% os recursos totais do MEC (Ministério da Educação) em relação aos valores autorizados de 2019. As reduções vão da educação básica à pós-graduação, mas o impacto será muito maior no financiamento de pesquisas e nas contas de grandes universidades federais.

O projeto de Lei Orçamentária de 2020 foi encaminhado ao Congresso pelo governo federal na última sexta-feira (30/8). O MEC terá um orçamento previsto de R\$ 101 bilhões em 2020, contra R\$ 122

bilhões aprovados para 2019.

O maior corte ocorre na Capes, que financia pesquisadores da pós-graduação e professores de educação básica — de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, vai para R\$ 2,20 bilhões em 2020.

As comparações da reportagem levam em conta a proposta de 2020 com os valores autorizados para 2019. O MEC passa por um contingenciamento de cerca de R\$ 6 bilhões, que atinge da educação básica ao ensino superior.

Ao analisar o orçamento geral de todas as universidades federais, a queda é de 7,4% (na comparação com valores nominais, sem atualização da inflação). Mas 16 das 68 universidades federais terão cortes superiores a essa média.

A previsão de dinheiro para o gerenciamento de hospitais universitários teve uma redução de 37%. A Ebserh (empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) teve um orçamento autorizado de R\$ 5,1 bilhões em 2019, mas no projeto de 2020 ele é R\$ 3,2 bilhões.

Está prevista uma redução de 30% nos recursos direcionados ao Inep, órgão responsável por avaliações federais como o Enem. Passam de R\$ 1,5 bilhão, em 2019, para R\$ 1,1 bilhão no próximo ano.

A previsão do CNPq ficou estável: o autorizado em 2019, de R\$ 1,2 bilhão, é praticamente o mesmo no projeto de 2020.

Em 2020, o governo estima que terá, para todas as áreas, R\$ 89,2 bilhões para as despesas discricionárias. A gestão iniciou 2019 com R\$ 129 bilhões para essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando essa cifra a R\$ 97,6 bilhões.

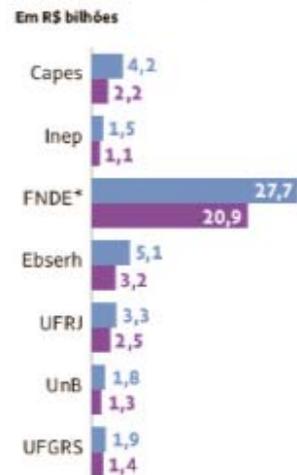
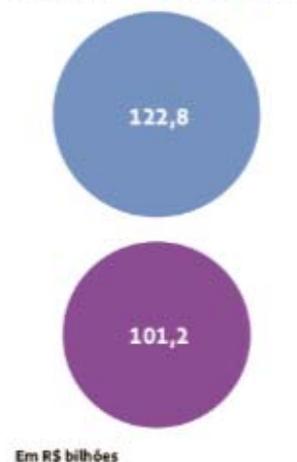
Em nota, a pasta afirma que busca alternativas para recompor o orçamento de 2020. “Todas as possibilidades estão sendo estudadas para garantir o pleno funcionamento dos serviços prestados.”

**Leia mais sobre o Orçamento em Mercado, na pág. A18**

## Orçamento do MEC

Caixa do MEC

Em R\$ bilhões ■ 2019 ■ 2020



\*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | \*\*Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares | Fontes: PLOA 2020, LOA 2019, Siopé

## CONTA CORRENTE

A CPI da Assembleia Legislativa que investiga as universidades de SP requisitou informações de sigilo bancário da Unicamp, da Unesp e da USP. Elas terão que enviar aos deputados extratos mensais de todas as contas que mantêm, do período de 2011 a 2019.

**PONTA** Só a USP faz mais de 30 mil movimentações bancárias por mês. Serão, portanto, no total, 3 milhões de linhas que os parlamentares terão que ler para decifrar a origem e o destino dos recursos.

**PUNHADO** A deputada Maria Izabel (PT-SP), conhecida como Professora Bebel, pediu vista e argumentou que não haveria condições de a CPI analisar os dados. Já o presidente da CPI, Wellington Moura (PRB-SP), diz que a análise será feita por amostragem.

**PUNHADO 2** Nesta semana, a CPI deve aprovar requerimentos exigindo que as universidades enviem à Assembleia a “relação de todas as pesquisas realizadas”, com título, objeto, valor e resultado do estudo. São milhares de projetos feitos a cada ano.

**ÀS CEGAS** “A CPI perdeu o rumo”, diz a professora Bebel. Segundo ela, as iniciativas estão gerando insegurança nas instituições, que gozam de autonomia universitária. Moura diz que se trata apenas de buscar a “transparência”.

**IDEIAS** As instituições têm recebido, além da CPI, enxurradas de pedidos de informação. O deputado Douglas Garcia (PSL-SP), por exemplo, enviou à USP requerimento pedindo informações sobre todos os eventos “ministrados” no campus de São Carlos desde o início do ano até agora. E pede que sejam discriminados quais deles foram organizados por movimentos sociais.

**TESOURA** Ainda a educação: um dos cortes mais drásticos na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi no programa de concessão de bolsas de apoio à educação básica, para a reciclagem de professores. Ele é considerado crucial para a melhora da qualidade do ensino.

**TESOURA 2** De R\$ 806 milhões neste ano, o orçamento deve cair para R\$ 375 milhões em 2020 —um corte de 53,42%.

## Brasileiros pobres e entre 35 e 59 anos puxam alta na reprovação a Bolsonaro

*Rejeição ao governo cresce mesmo em segmentos bolsonaristas, como moradores do Sul, mais ricos e escolarizados, aponta Datafolha*

Guilherme Magalhães  
Flávia Faria  
SÃO PAULO

Os mais pobres e as pessoas de 35 a 59 anos puxaram a alta na reprovação ao presidente Jair Bolsonaro (PSL), aponta pesquisa Datafolha realizada nos dias 29 e 30 de agosto.

A fatia que considera o governo ruim ou péssimo cresceu em todos os segmentos de renda, idade, escolaridade, região e cor.

Mas a representatividade dessas duas faixas —aqueles com renda familiar mensal de até dois salários mínimos e pessoas de 35 a 59 anos— em relação à população brasileira foi decisiva para o aumento geral da reprovação.

O levantamento indica que, em agosto, 38% dos entrevistados consideraram o governo Bolsonaro ruim ou péssimo. Avaliaram como ótimo ou bom 29%, enquanto 30% o consideraram regular.

Em abril, quando o Datafolha fez

a primeira pesquisa de avaliação do governo, 30% o avaliavam como ruim/péssimo, 32% como ótimo/bom e 33% como regular.

Na faixa de quem tem renda familiar mensal de até dois salários mínimos, a reprovação foi de 34% em abril para 43% em agosto. Essa fatia representa 44% da população brasileira com 16 anos ou mais.

O Datafolha ouviu 2.878 pessoas em 175 municípios de todas as regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

A reprovação a Bolsonaro também teve alta expressiva entre pessoas de 35 a 44 anos e na faixa de 45 a 59 anos na comparação dos dados de abril e agosto —os dois segmentos representam 44% da população.

O diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino, interpreta o crescimento da reprovação nessas duas fatias como consequência da reforma da Previdência, aprovada pela Câmara em julho. "São duas faixas atingidas diretamente por esse tema."

Paulino ressalta ainda o "peso político e simbólico" representado

pelo crescimento da reprovação a Bolsonaro em três segmentos que ajudaram a elegê-lo em 2018: pessoas com nível superior de escolaridade, renda de mais de dez salários mínimos e moradores da região Sul, ainda que esses estratos tenham uma representatividade menor quando comparados à população brasileira.

"São os eleitores dele, onde ele obteve vantagens acima da média na eleição."

O diretor-geral do Datafolha aponta a radicalização no discurso do presidente nas últimas semanas como a principal explicação para a alta da reprovação nesses segmentos. "A inadequação ao cargo de presidente é o que mais influencia esses eleitores que estão desistindo dele."

Os mais ricos e os mais escolarizados são ainda os mais polarizados, de acordo com a pesquisa realizada em agosto. Entre quem ganha mais de dez salários mínimos, apenas 16% avaliam o governo como regular —ótimo/bom soma 37%, enquanto ruim/péssimo, 46%.

Entre aqueles com nível superior de escolaridade, 32% aprovam o governo, e 43% reprovam, enquanto 25% o consideraram regular.





O Nordeste segue como a região do país que mais reprova o governo (52%), enquanto o Sudeste se mantém como um reduto mais favorável ao bolsonarismo por ter perdido menos na faixa ótimo/bom e avançado menos na ruim/péssimo.

O peso do Nordeste, porém, é menor estatisticamente, com 26% da população, contra 44% do Sudeste.

Entre os entrevistados que se declaram pretos, houve aumento de 14 pontos percentuais no índice de rejeição ao governo, e caiu 10 pontos a parcela que dizia aprovar a gestão do presidente.

Agora, metade (51%) reprova Bolsonaro, maior percentual entre os recortes de cor, e 19% consideram sua administração ótima ou boa.

Houve ainda aumento da rejeição entre os indígenas, com 14 pontos de crescimento entre os que consideram a gestão ruim ou péssima. São 42% os que disseram reprovar o governo, contra 28% em abril.

O presidente já deu diversas declarações contrárias à

demarcação de terras indígenas. Na semana passada, em reunião com governadores para tratar das queimadas na Amazônia, Bolsonaro chamou de irresponsável a política de governos anteriores de demarcar novas terras.

Mesmo entre os brancos, que são os que mais apoiam o governo (36% de ótimo e bom), houve alta no índice de rejeição. Em abril, eram 25% os que reprovavam Bolsonaro, contra 36% em agosto.

Nem os esforços do presidente para se aproximar dos evangélicos fez com que seus índices de aprovação tivessem alta entre os adeptos da vertente religiosa.

Bolsonaro prometeu um ministro "terrivelmente evangélico" para o Supremo Tribunal Federal, participou de cultos e esteve com pastores. Ainda assim, caiu cinco pontos o índice total de evangélicos que dizem aprová-lo.

Houve aumento de nove pontos, contudo, entre os neopentecostais. Hoje, eles são o segmento religioso que mais apoia o presidente, com 46% de aprovação.

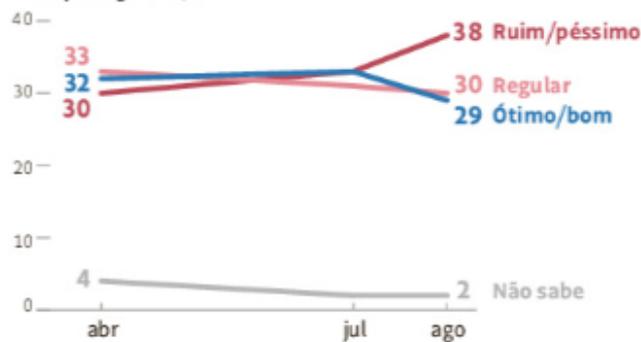




## Onde cresceu a reprovação ao governo Bolsonaro

Percentual dos que **reprovam o presidente** teve aumento de 5 pontos entre jul e ago

Avaliação do governo, em %

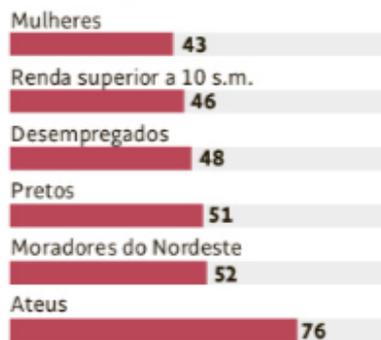


**Reprovação =**  
Avaliação ruim/péssimo

**Aprovação =**  
Avaliação ótimo/bom

### Quem **mais rejeita** o governo

Segmentos que avaliam o governo como "ruim/péssimo", em %



### E quem **mais aprova**

Segmentos que avaliam o governo como "ótimo/bom", em %



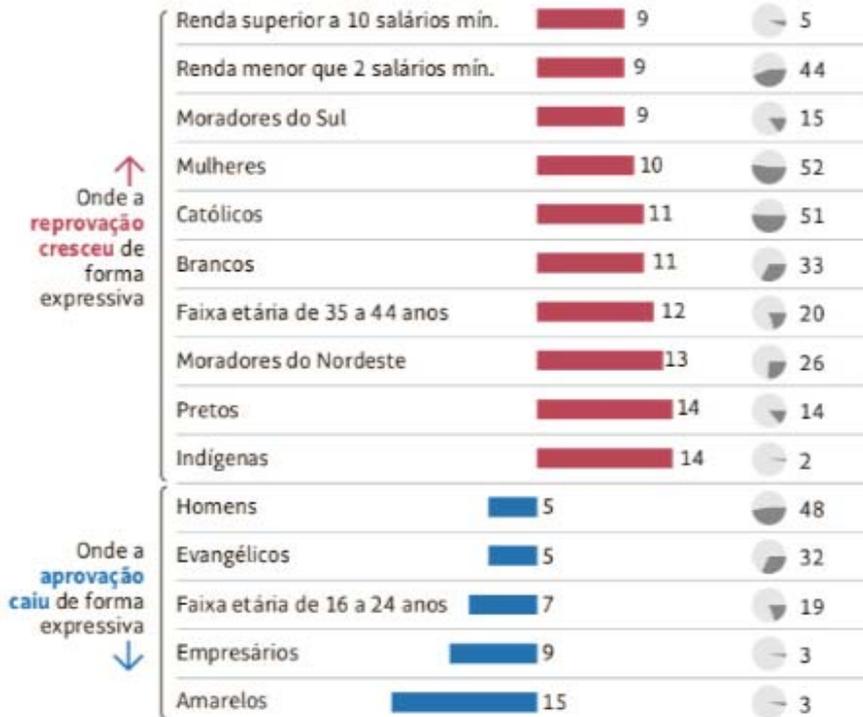


Mesmo segmentos que estão entre os que mais apoiam Bolsonaro, como brancos e mais ricos, tiveram **crescimento expressivo no índice de reprovação**

Varição em pontos percentuais de abril a agosto

■ Crescimento  
■ Queda

Quanto cada segmento representa em relação à população brasileira, em%\*



\*Em relação à população com 16 anos ou mais  
Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.878 entrevistas realizadas em 175 municípios de todo o país em 29 e 30 de agosto; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

## Você acredita em Papai Noel?, diz presidente sobre Datafolha

Gustavo Uribe

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro criticou pesquisa Datafolha divulgada nesta segunda-feira (2) que apontou o aumento de sua reprovção, inclusive entre a população mais rica.

Em entrevista, ao deixar o Palácio da Alvorada, ele questionou se alguém ainda acredita no instituto de pesquisa. "Alguém acredita no Datafolha? Você acredita em Papai Noel? Outra pergunta", disse.

Em seguida, o presidente foi lembrado pela Folha que, no início deste mês, ele mesmo falou em dados compatíveis do instituto em pesquisa à época sobre a rejeição ao garimpo em áreas indígenas.

"De vez em quando, quando a pesquisa não é política, há uma tendência de fazer a coisa certa. Há uma tendência", disse Bolsonaro.

Mais tarde, Bolsonaro distorceu dados em uma nova crítica ao Datafolha, desta vez no Twitter.

Ao postar uma imagem do site do PT com uma pesquisa feita durante a eleição, o presidente escreveu: "Segundo o mesmo Datafolha que diz que eu seria derrotado se as eleições fossem hoje, eu perdi as eleições de 2018. Muito confiável!".

O levantamento, porém, foi feito entre os dias 26 e 28 de setembro, cerca de uma se-

mana antes do primeiro turno, e apontava crescimento nas intenções de voto do petista Fernando Haddad.

Em um cenário de segundo turno entre Bolsonaro e Haddad, ainda hipotético àquela altura da campanha, o petista teria 45% dos votos, enquanto o candidato do PSL obteria 39%. A última pesquisa do Datafolha antes do segundo turno apontou a vitória de Bolsonaro, com 55% dos votos válidos, ante 45% do petista

—mesmos índices do resultado final.

Também nesta segunda-feira, em uma rede social, o secretário de Comunicação do governo, Fábio Wajngarten, disse ser "absolutamente inaceitável" um instituto de pesquisa pertencer à um grupo de comunicação, numa referência ao Datafolha e à Folha.

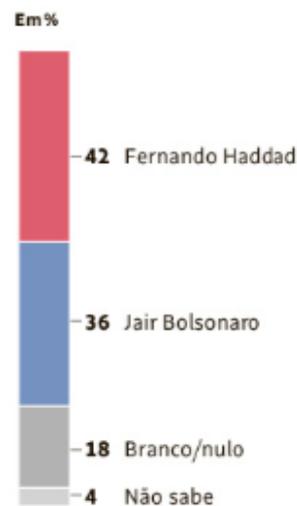
"Há um absoluto conflito de interesse. Há que se criar indicadores de performance de quem acerta ou erra", afir-

mou o assessor de Bolsonaro.

Wajngarten, sócio-fundador das consultorias FW Comunicação e Controle da Concorrência, articulou em 2013 a vinda ao país do instituto alemão GfK, para estabelecer um concorrente ao Ibope na medição de audiência. O projeto, financiado pelas redes SBT, Record, RedeTV! e Band e que tinha a FW como parceira, foi descontinuado em 2017.

Em evento no Palácio dos

### Se eleição fosse hoje, Haddad seria vencedor

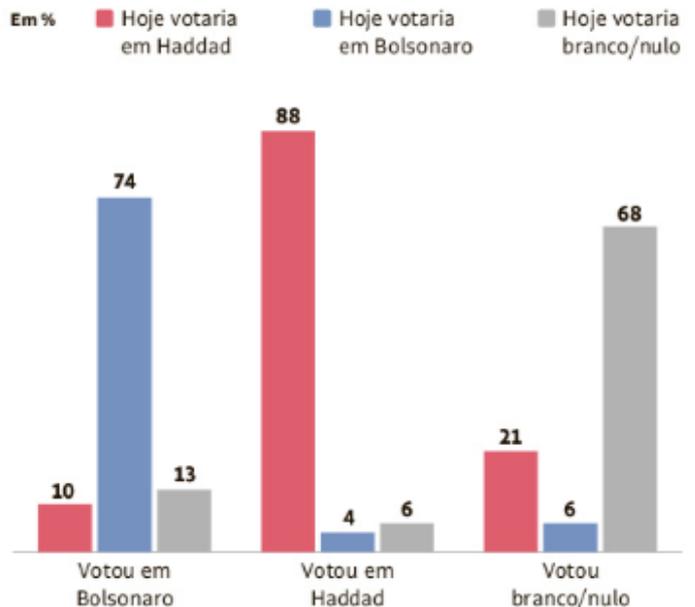


### Resultado das eleições de 2018\*

55,13% Bolsonaro  
44,87% Haddad

\*Votos válidos Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.878 entrevistas realizadas em 175 municípios de todo o país em 29 e 30 de agosto; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Em quem votaria hoje, de acordo com o voto no 2º turno de 2018





O presidente Jair Bolsonaro em lançamento de projeto de segurança na quinta Adriano Machado - 23 ago/19/Reuters

Bandeirantes, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), também foi questionado sobre a queda de popularidade do presidente.

“Pergunte ao povo”, respondeu Doria. “Pergunte à população por que ela está avaliando de forma diferente o presidente da República”, afirmou.

No ano passado, o tucano foi eleito em campanha que colava sua imagem à de Bolsonaro. No entanto, passou a se afastar dele nos últimos meses, enquanto constrói uma possível candidatura à Presidência em 2022.

Segundo o Datafolha, a reprovação do presidente subiu de 33% para 38% em relação ao levantamento anterior do instituto, feito no início de julho, e diversos indicadores apontam uma deterioração de sua imagem. Foram ouvidas 2.878 pessoas com mais de 16 anos em 175 municípios.

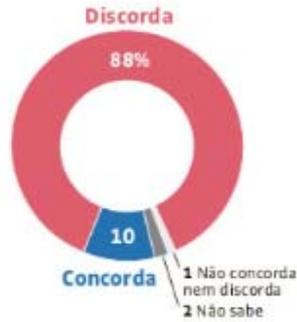




### Maioria discorda de declarações polêmicas de Bolsonaro

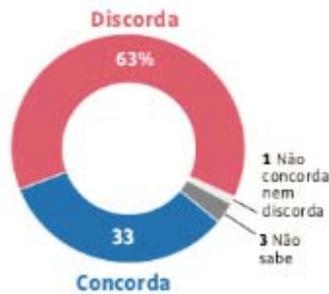
"É só você deixar de comer um pouquinho. Você fala para mim em poluição ambiental. É só você fazer cocô dia sim, dia não"

Em 9 ago, a jornalistas



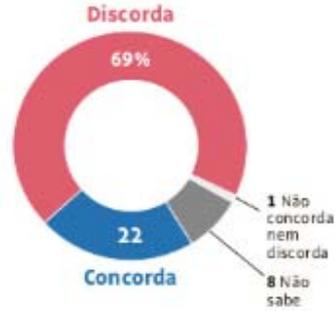
"Você olha que as pessoas que têm mais cultura, têm menos filhos. Eu sou uma exceção à regra, tenho cinco. Mas como regra é isso"

Em 9 ago, a jornalistas



"Daqueles governadores de... 'paraíba', o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara"

Em 19 jul, durante uma conversa com o ministro Onyx Lorenzoni



71% dos moradores do Nordeste discordam do presidente

"Lógico que é filho meu. Pretendo beneficiar um filho meu, sim. Pretendo, está certo. Se puder dar um filé mignon ao meu filho, eu dou. Mas não tem nada a ver com filé mignon essa história aí"

Em 18 jul, em transmissão em redes sociais



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.878 entrevistas realizadas em 175 municípios de todo o país em 29 e 30 de agosto; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

## Se eleição fosse hoje, Haddad venceria por 42% a 36%

—  
**Carolina Linhares**

**SÃO PAULO** Se o segundo turno da eleição para presidente da República fosse hoje, Fernando Haddad (PT) seria eleito com 42% dos votos, contra 36% de Jair Bolsonaro (PSL), indica pesquisa Datafolha divulgada nesta segunda-feira (2). Outros 18% votariam branco ou nulo e 4% não souberam responder.

Em 28 de outubro do ano passado, no segundo turno da disputa, Bolsonaro foi eleito presidente com 55,13% dos votos válidos (excluídos brancos, nulos e indecisos). Haddad obteve 44,87%.

Entre quem declarou preferência por Bolsonaro no ano passado, 74% manteriam o

voto se a eleição fosse hoje. Um total de 10% migraria para Haddad, e 13% votariam branco ou nulo. Já 88% dos eleitores do petista manteriam seu voto hoje. Somam 4% os que mudariam o voto para Bolsonaro e 6% os que votariam nulo ou branco.

Um total de 68% de quem votou branco ou nulo na eleição manteria essa opção hoje. Mas 21% deles mudariam para Haddad e 6% para Bolsonaro.

O presidente Bolsonaro já deixou claro que pretende concorrer à reeleição em 2022.

Se a eleição fosse hoje, Haddad venceria entre pardos (43% a 36%), pretos (53% a 26%), amarelos (44% a 30%) e indígenas (40% a 34%). Porém perderia entre os brancos (36% a 43%).

Mulheres também preferem o petista por 44% a 32%. Bolsonaro e Haddad empatam tecnicamente entre os homens.

## Bloqueio de verba afeta 11,8 mil bolsas da Capes e não haverá novas vagas este ano

Lígia Formenti / BRASÍLIA

O Ministério da Educação anunciou o bloqueio de mais 5.613 bolsas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir deste mês. No primeiro semestre, houve restrição a outras 6.198. Ao todo, são 11.811 benefícios cortados, o que corresponde a 5,57% do total. A medida afeta todas as bolsas que seriam ofertadas até o fim deste ano – ou seja, nenhum novo pesquisador será aceito, se não houver descontingenciamento de recursos.

O bloqueio foi anunciado pelo presidente do órgão, Anderson Ribeiro Correa, e é reflexo da redução do orçamento da instituição. Haviam sido reservados para este ano R\$ 4,250 bilhões, dos quais R\$ 819 milhões foram bloqueados. Correa afirmou que o novo bloqueio representa R\$ 544 milhões que deixam de ser investidos em quatro anos. O cálculo foi feito com base no montante predeterminado para o período. Não há informações se as bolsas atingidas agora serão retomadas.

Para 2019, a medida representa R\$ 37,8 milhões a menos de investimento em pesquisas de mestrado, doutorado e

pós-doutorado. A Capes financia também bolsas para professores de educação básica. A área, contudo, ainda não foi atingida.

As expectativas para o financiamento da Capes, porém, são pouco animadoras. A previsão para 2020 é de que o orçamento da coordenação caia. O secretário executivo do MEC, Antonio Vogel, afirmou que a equipe está buscando alternativas para que não haja prejuízo à pesquisa do País. No entanto, não afirmou quais as estratégias que estão em análise. “Estamos vendo várias alternativas. Todas estão na mesa”, disse, para mais tarde completar. “Estamos preocupados, conversando com o governo federal, em busca de soluções para isso.”

O presidente da Capes afirmou ainda que o corte anunciado nesta segunda-feira foi realizado para garantir o pagamento das bolsas que estão em vigor. A medida atinge mestrado, doutorado e pós-doutorado.

João Batista Araújo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto e ex-secretário executivo do MEC, observa que o momento atual justifica a medida. “O País está vivendo uma crise extremamente grande. O governo federal quebrou, quase todos os governos

estaduais quebraram. Não há consciência clara da sociedade sobre isso. Se o governo quebra, precisa cortar o custo de algum lugar. Como o governo tem amarras, não pode demitir, aí tem de cortar.”

Já a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) criticou a medida nas redes sociais e convocou protestos para o próximo dia 7 de setembro em São Paulo, Rio e outras dez cidades contra a política na área educacional do governo Jair Bolsonaro. “Nossa luta precisa ganhar cada vez mais força para reverter esse desmonte”, afirma a organização.

Futuro. Como o Estado mostrou no mês passado, o governo federal também pretende mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levaria em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado teriam preferência em relação às de mestrado.





---

## PARA ENTENDER

---

### Recurso cairá pela metade

Como o Estado mostrou ontem, o MEC decidiu cortar pela metade o orçamento da Capes, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição, ante os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano.

O ministro Abraham Weintraub considera que a medida é necessária para garantir que universidades tenham, em 2020, quase o mesmo montante de recursos de custeio de 2019.

---

## ENTREVISTA

**Ildeu de Castro Moreira**, presidente da SBPC

## ‘Cursos que já existem vão ficar ameaçados’

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ildeu de Castro Moreira observa que os cortes sucessivos já ameaçam a imagem da ciência brasileira no exterior e teme a saída mais rápida de pesquisadores.

● **Qual é o impacto desse corte?**

É muito negativo, porque a Capes é agência fundamental para a pesquisa, que grande parte é pela pós-graduação. Ano que vem a situação vai ser dramática. Os cursos que já existem vão ficar ameaçados e os novos, reduzidos.

● **Vai interferir em pesquisas que inicialmente não terão cortes?**

Na realidade, estão tirando as bolsas do sistema. Podem até manter (*as atuais*), mas, se não tem novas, dá no mesmo. Estão tirando um grande número de bolsas que tem mostrado que contribui muito para a melhoria da ciência brasileira. E ainda se reduziu drasticamente o fomento do CNPq, que é fundamental. Não adian-

ta ter pesquisador se não tem material, se não se pode viajar para congresso...

● **O corte também afeta a graduação e a educação básica?**

A Capes tem uma importância para a educação básica, com a melhoria das licenciaturas. E tem programa de qualificação para melhorar a formação de professores.

● **Isso afeta a imagem da pesquisa brasileira no exterior?**

Já está afetando desde 2014, 2015 (*com cortes*)... Uma dezena de matérias em revistas internacionais já abordava isso.

● **Pode aumentar a saída de pesquisadores para o exterior?**

Não tenho dúvida. Isso já está acontecendo. Vamos perder, já estamos perdendo e vamos perder mais. Pode criar um processo mais rápido do que a gente imagina, conforme outros países perceberem que temos jovens brilhantes. E não se perde só jovens formados, outros deixam de ir para essas áreas, pois desanimam. /

**PRISCILA MENGUE**

## Governo criará carteira digital de estudantes

O presidente Jair Bolsonaro deve assinar até o fim desta semana medida provisória (MP) para criar a carteira digital de estudantes, batizada de MP da Liberdade Estudantil, além de editar decreto para regulamentar adesão de escolas cívico-militares. A informação foi dada ontem pe-

lo porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros.

Rêgo Barros não confirmou se a ideia da MP é retirar da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) o poder de cobrar pela emissão desse documento. Essas entidades estudantis estão entre as principais mobilizadoras de protestos contra a gestão Bolsonaro por cortes no setor. /

**MATEUS VARGAS**

## MEC corta mais 5,6 mil bolsas

Gabriel Pinheiro/Esp. CIB/DJA Press



O presidente da Capes, Anderson Correia (ao centro), anuncia o bloqueio: corte de R\$ 37,8 milhões resulta do contingenciamento do orçamento federal

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vai cortar 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado até o fim do ano, cerca de 6% do total das bolsas de pós-graduação atualmente concedidas. Isso significa que o governo não vai substituir ou renovar bolsas de estudo e pesquisa a partir deste mês.

A medida, anunciada pelo presidente da Capes, Anderson Correia, representa um bloqueio de R\$ 37,8 milhões nas verbas da

instituição para pesquisa científica e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. O corte, o terceiro anunciado pela Capes, é resultado do contingenciamento de recursos do orçamento federal, adotado para evitar que o deficit nas contas da União fique acima dos R\$ 139 bilhões estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O critério utilizado para o bloqueio, segundo o governo, é o de manter as bolsas ativas e bloquear as não utilizadas. Neste caso, bolsistas que têm pesquisas em andamento não seriam prejudicados.

Do total de bolsas congeladas, mais da metade — 2.918 — seriam concedidas a estudantes da Região Sudeste, das quais 1.673 em São Paulo. No Distrito Federal, a previsão da Capes é de que 100 sejam cortadas. Segundo Correia, a medida visa garantir o pagamento de todos os beneficiários já cadastrados no sistema. Bolsas de formação de professores de educação básica foram poupadas.

Considerando o período de vida útil das bolsas, o governo prevê uma economia de R\$ 544 milhões até





2023. “O ano de 2019 não está sendo bom para o Ministério da Educação, e 2020 também não será muito fácil para nós”, disse o secretário executivo do MEC, Antônio Vogel. De acordo com o projeto da Lei Orçamentária de 2020, encaminhado pelo governo ao Congresso, os recursos do ministério para pesquisas serão reduzidos de R\$ 4,25 bilhões para R\$ 2,20 bilhões.

“Eu gostaria de deixar claro que, para o Ministério da Educação, a Capes é uma instituição fundamental, e nós confiamos na importância dela para o fomento e desenvolvimento da pesquisa científica em todo o território nacional”, afirmou Vogel, antes de os números serem anunciados.

Na comunidade acadêmica, porém, as reações foram negativas. O presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), Luis Pasquetti, afirmou que a medida é um retrocesso para a pesquisa e a ciência brasileira. “Ao cortar bolsas nessa magnitude, a pesquisa fica em condições mínimas no Brasil, é preocupante.”

O presidente da Adunb chamou a atenção para os cortes nas verbas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e nos orçamentos das universidades públicas para 2020. “Nós queremos fazer algo para mudar o rumo que o governo está dando para a educação, ou mudar o ministro, pois as propostas dele são sempre de desconstruir a educação pública brasileira”, disse Pasquetti.

\*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

»» Bloqueio		
Região	Bolsas congeladas	Economia em 2019 (R\$ milhões)
Sudeste	2.918	20,09
Sul	1.407	9,09
Nordeste	740	5,02
C. Oeste	343	2,34
Norte	205	1,26
<b>Total</b>	<b>5.613</b>	<b>37,80</b>

## Violência contra professores

O entorno do Distrito Federal presenciou mais uma tragédia em instituição de ensino. Na sexta-feira, um estudante esfaqueou o professor. O mestre morreu. Manifestações tomaram as ruas de Águas Lindas para pedir mais segurança no interior e nos arredores dos colégios. Trata-se de ato cidadão de quem reivindica direito assegurado pela Carta Magna. Mas ignorado pelas autoridades.

A violência nas escolas não constitui novidade sobretudo nos grandes centros. Briga de alunos, enfrentamento de gangues rivais, apreensão de armas brancas e de fogo são constantes dentro ou fora das salas de aula. Sobram registros de crianças e adolescentes atacados, feridos, surpreendidos com facões e revólveres.

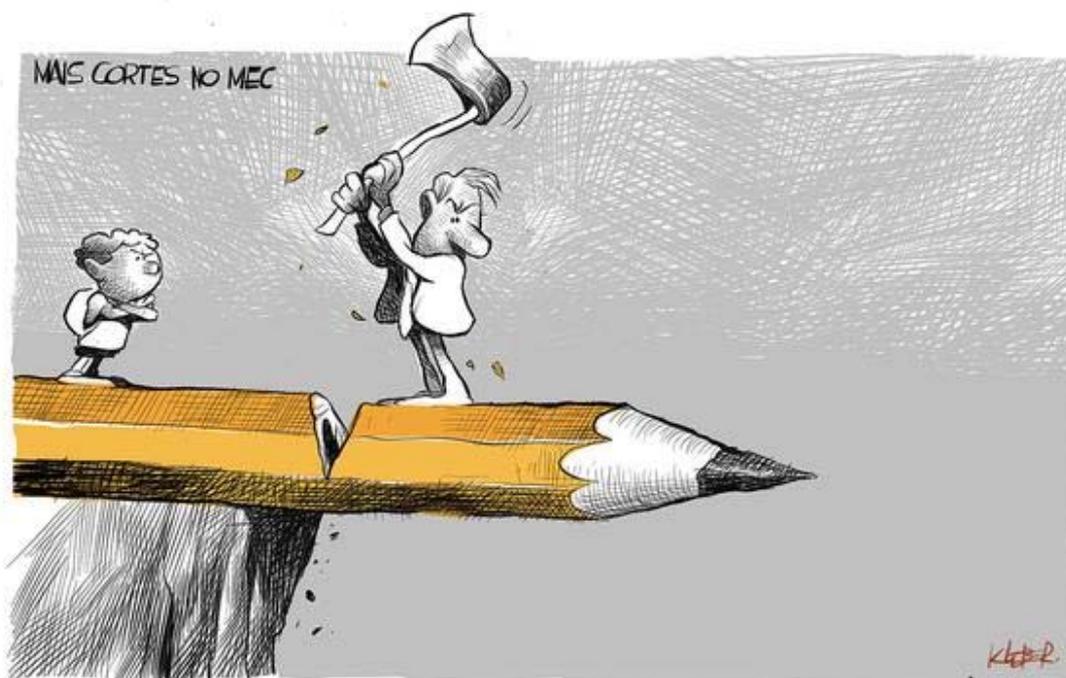
Segundo dados de pesquisa com mais de 100 mil professores sobre violência em escolas, o Brasil lidera o ranking de agressões contra docentes. Os ataques variam. Vão de ofensas verbais, passam por discriminação, bullying, furtos e roubos, e chegam a golpes físicos que podem, além de ferir, matar. Exemplos ocorrem em diferentes unidades da Federação com crescente frequência. É preocupante.

As causas da agressividade são conhecidas. Entre elas, sobressai a violência doméstica. O estudante transfere para as salas de aula os abusos presenciados ou experimentados em casa e nas vizinhanças. O álcool

e a droga também exercem papel relevante. Sob o efeito de bebidas etílicas ou narcóticos, jovens perdem o controle e o senso de realidade. Sem condições de se dedicar a números e letras, dão vez a descontroles e barbáries. O ambiente hostil não respeita hierarquias.

Com maior ou menor intensidade, o medo impera. Professores, assustados, deixam de exercer a função na plenitude. Temem dar nota baixa, repreender o educando, punir mau comportamento. Em decorrência da insegurança, profissionais da educação se licenciam ou mudam de profissão. Pode-se argumentar, com razão, que a escola não é uma ilha no mar de violência que domina a sociedade. É natural, pois, que a barbárie que se registra nas urbes chegue lá. É verdade. É verdade também que iniciativas repressivas e preventivas precisam ser tomadas com urgência. Entre elas, o aumento do contingente do batalhão escolar.

Medidas preventivas se impõem. Uma delas é o acompanhamento da família. Crianças e jovens não aprendem violência nas salas de aula. Levam-na de casa. Feito o diagnóstico do desvio de comportamento, psicólogos e assistentes sociais devem entrar em campo e atuar no meio em que vivem crianças e adolescentes. Sem isso, a escola deixará de exercer o papel para o qual foi criada — instruir, educar e socializar. Em outras palavras: tornar a pessoa melhor para viver em sociedade.



## ENEM »

# Exigente e mais complexa

Jairo Macedo  
Especial para o Correio



Paulo Luiz e Gabriel Carvalho apontam que a resolução de questões é a maior aliada dos candidatos

A live do Especial Enem 2019 do Correio estreou ontem (2) com a prova de matemática e suas tecnologias. Os convidados, os professores Gabriel Carvalho e Paulo Luiz, do Centro Educacional Sigma, recomendaram a resolução de exercícios como maior aliado dos estudantes nesta reta final para o exame, que será aplicado em 3 e 10 de novembro. Após duas décadas de aplicação, acreditam eles, a prova começa a aliar o conteúdo mais básico com fórmulas de exigência mais complexa.

“A 60 dias do Enem, é importante trabalhar as provas passadas”, afirma Gabriel Carvalho. “Se o candidato fizer 10 questões por dia

a partir daqui, alcançará 600 questões resolvidas. Considerando todos os blocos de disciplinas (humanas, exatas, matemática e linguagens), ele conseguirá fazer as três últimas provas inteirinhas.

Assim, acreditam os docentes, os secundaristas têm a oportunidade de mapear as maiores dificuldades pessoais. “É assim que se percebe onde está seu maior problema para, então, ‘atacá-lo’ sem dó. Resolva exercícios em casa, sempre sem calculadora. Tudo tem que ser à mão”, acrescenta Paulo Luiz, lembrando que o dispositivo para contas não é permitido no dia de prova.

### Conteudista

A maior parte do conteúdo concentra-se em temas de proporcionalidade, porcentagem e geometria. Nos dois primeiros, muito é resolvido com o uso de regra de três, recurso mais básico. A tendência, porém, é que a prova torne-se cada vez mais conteudista. “Não podemos nos esquecer que, nos últimos três anos, o Enem tem subido o nível das questões, sendo mais conteudista. Em porcentagem, vêm surgindo ideias de valor presente e futuro, o que não é tão simples”, exemplifica Paulo Luiz. “A prova tem sido mais difícil. Em juros compostos,

as questões do exame não ficam atrás de vestibulares tradicionais. Probabilidade e análise combinatória têm dificuldade em alta também”, acrescenta Gabriel Carvalho.

### Conceitos básicos

Não vale, contudo, ir mais adiante e atropelar a matemática básica, que segue essencial para o exame. “Se o aluno quer aprender logaritmo, que é tido como um tema muito difícil, ele precisa, antes, aprender propriedade de potência, que é matéria do 7º ano do ensino fundamental. Se não fizer assim, gera um descompasso”, explica Paulo Luiz.

É nesse ponto, segundo Gabriel Carvalho, que o Enem se destaca dos demais vestibulares. “Nesse sentido, a prova do Enem é muito boa, porque outros vestibulares vão cobrar apenas a ponta final desse processo. O Enem não: o exame passa por tudo, do fácil ao médio e ao mais difícil”, diz. Na estimativa de Carvalho, a média do exame é de 20 questões fáceis, 15 médias e 10 difíceis. “Essas primeiras 20 envolvem boa interpretação de texto”, avalia.

Leia mais no  
[www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)



## Frequência escolar de alunos do Bolsa Família atinge 91%

É o maior percentual da série histórica iniciada em 2007

Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil Brasília

Estudantes beneficiados pelo programa Bolsa Família registraram frequência recorde em sala de aula nos meses de junho e julho deste ano. Dados do Ministério da Educação (MEC) mostram a presença de 12,5 milhões de estudantes de 6 a 17 anos nas escolas nesse período. O número representa 91,18% do total de 13,7 milhões de alunos cujas famílias são beneficiárias do programa. Trata-se do maior percentual da série histórica, iniciada em 2007.

Um dos requisitos para a manutenção do benefício do Bolsa Família é justamente a frequência escolar de crianças e adolescentes atendidos. A cada dois meses, as escolas públicas devem registrar a frequência dos estudantes

contemplados, pelo sistema Presença, do MEC. Os dados são depois encaminhados ao Ministério da Cidadania, responsável pelo Bolsa Família.

Crianças da educação infantil em sala de aula

Dados do MEC indicam maior percentual de frequência da série histórica - Arquivo/ Agência Brasil

Em sua conta no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro destacou a marca. "Mais alunos beneficiados pelo Bolsa Família estão sendo acompanhados. Dados da frequência escolar dos meses de junho e julho mostram a presença de 12.547.535 estudantes de 6 a 17 anos em sala de aula de um total de 13.761.259 – ou seja, 91,18%", postou.

De acordo com o MEC, é o terceiro bimestre seguido de recorde no acompanhamento da frequência escolar. No período de abril e maio, de

cerca de 14 milhões de estudantes atendidos à época pelo pelo programa, foi registrado o acompanhamento de 12,6 milhões, ou 89,81% do total.

Em fevereiro e março, primeiro período de coleta deste ano, também houve recorde no acompanhamento de contemplados do programa. O índice chegou a 90,31%, enquanto, há 12 anos, no mesmo recorte, registrou 66,22%.

Se descumprirem a frequência escolar mínima exigida pelo programa, as famílias das crianças e adolescentes podem ser advertidas ou ter o benefício suspenso, bloqueado ou cancelado.

O Bolsa Família é destinado a famílias com renda mensal de R\$ 89 a R\$ 178 por pessoa e só é repassado se a frequência escolar for de pelo menos 85%, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.





**Jair M. Bolsonaro** ✓ @jairbolsonaro · 3h



Mais alunos beneficiados pelo Bolsa Família estão sendo acompanhados. Dados da frequência escolar dos meses de junho e julho mostram a presença de 12.547.535 estudantes de 6 a 17 anos em sala de aula de um total de 13.761.259 – ou seja, 91,18%. Saiba mais: [mec.gov.br](http://mec.gov.br)



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

Doze milhões quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos e trinta e cinco estudantes de seis a dezessete anos acompanhados. Noventa e um vírgula dezoito por cento. Dois mil e dezenove. Melhor índice para o período de junho e julho. Via @MEC\_Comunicacao



## Capex anuncia corte de 5.613 bolsas de pós-graduação para este ano

Orçamento da fundação em 2020 é quase a metade da previsão deste ano

Por Gilberto Costa – Repórter da Agência Brasil Brasília

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), anunciou hoje (2) o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estavam previstas para os quatro meses restantes do ano. Foram preservadas as bolsas para a formação dos professores da educação básica.

De acordo com o presidente da instituição, Anderson Ribeiro Correia, a medida representa uma economia de R\$ 37,8 milhões neste ano. A previsão é que, nos próximos quatro anos, R\$ 544 milhões deixem de ser investidos em bolsas.

“Devido ao contingenciamento para o orçamento da coordenação será necessário congelar 1,94% do total para este ano, preservando parcela principal dos benefícios”, contabilizou Correia. “O critério utilizado para esse bloqueio é para bolsas não utilizadas, com objetivo de preservar todos os bolsistas em vigor”, detalhou.

Este ano foram contingenciados R\$ 819 milhões previstos na Lei do Orçamento Anual – 19,15% do total de R\$ 4,2 bilhões. O projeto de lei orçamentária para 2020 prevê que a Capes, no próximo ano, conte com R\$ 2,2 bilhões, quase a metade da previsão de 2019 (51,7%) ou 64,1% do valor real (pós-contingenciamento).

“A gente está trabalhando com a possibilidade de descontingenciamento e a visão para 2020, o que pode melhorar a situação dos bolsistas no país”, disse o presidente da Capes sem

adiantar nenhuma medida ou valor revisado para recomposição dos orçamentos.

“Nós sabemos das dificuldades financeiras orçamentárias que todos nós estamos vivendo. O ano de 2019 não tem sido um ano fácil para o Ministério da Educação e também o ano de 2020 não será um ano fácil”, previu o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel. “Essa é uma situação da nossa economia, das nossas contas públicas. O Ministério da Educação está inserido neste contexto maior”, destacou.

### Metas garantidas

Apesar dos cortes, Anderson Correia garante que serão cumpridas as metas de formação de mestres e doutores para 2024, previstas no Plano Nacional de Educação e estabelecidas pela Lei nº 13.005/2014. A meta de formação de 60 mil mestres ao ano já foi superada e a meta de 25 mil doutores se aproxima. Segundo a Capes, atualmente 65 mil





mestres e 23 mil doutores são formados por ano no Brasil.

O anúncio da Capes ocorre pouco mais de um mês depois de o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), outra agência federal de financiamento de pesquisadores, suspender processo de seleção de bolsistas no Brasil e no exterior, por falta de recursos. O cálculo é um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento.

Na quarta-feira passada, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) entregaram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), abaixo-

assinado contra os cortes no CNPq. O Orçamento da União de 2020, com a destinação de valores para o conselho e para Capes, deverá ser votado até o final do ano pelo Congresso Nacional.

De acordo com o estudo Percepção Pública sobre Ciência e Tecnologia no Brasil, feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), 90% dos brasileiros avaliam que o governo federal deve aumentar ou manter os investimentos em pesquisa científica e tecnológica nos próximos anos, apesar das dificuldades econômicas.